

CONTRIBUIÇÕES DO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO LIMPO NA GOVERNANÇA EMPRESARIAL, SEGUNDO A PALAVRA DE UM AGENTE DE MERCADO^{1,2}

Ernesto Cavasin Neto³

A materialização do conceito de desenvolvimento sustentável na década de 1990 foi um grande desafio: como colocar em prática e estimular o crescimento econômico nessa direção? Naquela década, ficou mais claro à sociedade que o uso racional dos recursos naturais e a redução dos impactos que a atividade humana impõe ao meio ambiente eram necessários para alcançar a perenidade. Não que essa visão não existia antes, mas questões extremas tornaram-se populares com o passar do tempo, como o problema do “buraco na camada de ozônio” e como isso impactava nossas vidas.

O Protocolo de Montreal foi a primeira ação global para enfrentarmos uma questão ambiental que impactava a todos no planeta. A integração da iniciativa privada nesse tema, de forma rápida e com soluções viáveis, contribuiu para que os resultados fossem alcançados antes mesmo do planejado. As empresas entenderam como cativar seus consumidores; o *marketing* foi um importante indutor para estimular o avanço de novas tecnologias em detrimento aos clorofluorcarbonos (CFCs), que prejudicavam a camada de ozônio. É lógico que boa parte do sucesso do Protocolo de Montreal se deu pelo fato deste não requerer grandes esforços financeiros por parte dos países e das empresas, além de que as tecnologias para substituir os CFCs eram viáveis, mas nada seria possível se não houvesse o comprometimento de todos os entes da sociedade com a causa, principalmente a cobrança do consumidor.

A questão ambiental entrava então na última década do milênio com os holofotes a esta voltados e com o entendimento de que nossas ações têm consequências e precisamos conhecê-las. Nessa época, alguns estudos sobre a elevação da temperatura média da Terra e sua relação com a concentração de gases de efeito estufa (GEEs) na atmosfera já estavam causando grandes discussões no mundo científico.

1. Nota dos organizadores: este texto ilustra a percepção do autor que atuou como representante de desenvolvedores de projetos durante vários anos de implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil.

2. O autor agradece a Pedro Miguel de Almeida Gomes Antunes Sirgado pela autoria do box 1 (Repercussão do MDL nas empresas).

3. Engenheiro mecânico e administrador de empresas.

As empresas também começaram a entender a necessidade de preservação dos recursos naturais e os impactos que o mau uso desses recursos poderiam causar aos seus negócios. Um exemplo foi a preocupação de grandes empresas de refrigerantes com água que captavam para seus produtos. Quanto mais poluída as fontes de captação de água, maior eram os custos de tratamento, e muitas vezes estes inviabilizavam uma planta. Empresas de petróleo viam que as emissões de gases de processo de suas plantas fabris afetavam a qualidade do ar das localidades onde estavam instaladas, e isso afetava a saúde das pessoas, muitas destas trabalhavam em suas plantas. Ficava cada vez mais claro que todas as ações praticadas geravam uma reação, e muitas vezes essa reação podia ser tóxica para o próprio desenvolvimento das atividades humanas.

Certa vez, dei uma palestra sobre sustentabilidade em um evento em Caxias do Sul-RS, em uma associação empresarial local; o evento foi grande e muito bem organizado, cerca de trezentas pessoas participaram. Ao final deste, fui convidado pelo presidente da associação para conversar com ele e algumas autoridades em sua sala. Essa conversa foi muito interessante, pois, no decorrer dela, o presidente falou:

Hoje, temos de ter mais responsabilidade com nossas ações e cobrar dos governantes celeridade e apoio. Se foi o tempo em que montávamos a empresa e depois chamávamos o prefeito para inauguração servindo carne de caça, e, desde que pagássemos imposto, estava tudo certo.

De forma simples, mas direta, o que esse empresário deixou claro é que as empresas têm um papel amplo e integrado com a sociedade, e que os governantes não são mais figurantes, e sim parte do processo.

A preocupação com as consequências de nossas ações foi permeando a sociedade fortemente na década de 1990, e temas ambientais ganharam relevância – como escrevi anteriormente, nessa época, estudos sobre as mudanças climáticas já estavam avançados e apontavam a necessidade de ação. Nesse contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) liderou novamente as discussões em busca de soluções para um problema global.

Camada de ozônio e aquecimento global são problemas que afetam o planeta como um todo; não importa se você é rico ou pobre, consciente ou não, estes impactam sua vida e não podem ser resolvidos sem a união de todos. Integrar todos é a única forma de resolver o problema, mas é preciso considerar que a responsabilidade sobre o problema não é linear como seu impacto, bem como que a colaboração para sua resolução também deve ser proporcional à capacidade e à responsabilidade. Como conseguir estruturar um mecanismo que considerasse essas peculiaridades e, ao mesmo tempo, combatesse suas causas?

Minha visão é que o Protocolo de Quioto, usando seus mecanismos de mercado, foi o grande indutor dessa nova forma de idealizar, analisar e agir.

Olhando do Brasil para fora, esse impulso de mudança veio particularmente do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL). O frenesi que ele causou trazendo projetos realmente inovadores e mitigadores de emissões foi a fagulha para um pensamento mais equilibrado, não somente nas grandes empresas, mas também permeando iniciativas de todos os tamanhos e setores. Seu princípio era interessante, em que se dosavam as responsabilidades conforme a capacidade de cada país e se propiciava ao mesmo tempo bônus para quem fosse eficiente e buscasse por inovações. Seus mecanismos eram autoalimentados por linhas de base que podiam mudar à medida que as tecnologias ganhavam maturidade; isso estimularia de forma constante a melhoria. Quioto gerou estímulo e necessidade de conhecimento. Profissionais jovens foram motivados a se preparar para um futuro profissional em uma economia de baixo carbono. Nessa época, eu mesmo iniciava minha carreira profissional e os estímulos eram maravilhosos; participar de projetos de MDL era a possibilidade de interagir com projetos multidisciplinares, nos quais engenharia, finanças, biologia e diversas outras ciências estavam reunidas. Abria horizontes em seu pensamento, múltiplas possibilidades. Pessoalmente, sou categórico em afirmar que a chance que tive de iniciar minha carreira mergulhado em projetos de MDL propiciou um repertório e uma bagagem que abriram caminhos múltiplos. Em 2010, usando essa bagagem, dei uma guinada em minha trajetória de trabalhos e consegui somente porque essas experiências me prepararam, não somente tecnicamente, mas também na forma como aprendia a expressar-me.

Lembro que, quando da ratificação do Protocolo de Quioto em 2005 pela Rússia, uma enxurrada de eventos sobre o tema aconteceu no Brasil; já havia muitos, mas nesse período se intensificaram, e o número de participantes era grande para eventos dessa natureza – desde alunos universitários buscando um caminho profissional, profissionais liberais, executivos, funcionários públicos, vários perfis formavam grandes plateias para entender o que estava acontecendo. Em minhas palestras, nessa época, eu gostava muito de usar uma frase que era consenso entre quem trabalhava no setor, “O Protocolo de Quioto era apenas o primeiro passo na direção correta”. O fato é que essa chance de palestrar, explicar, fazer-se entender, me estimulou. Tive oportunidade de publicar diversos artigos que me ensinaram a preparar-me, estudar que tudo o que fazemos tem impactos múltiplos e que sempre precisamos buscar olhar o todo.

O mundo demanda profissionais que olhem não somente os aspectos de suas responsabilidades de forma técnica e fria. Hoje, é difícil encontrar uma empresa no Brasil – e também em grande parte do mundo – em que a palavra sustentabilidade não faça parte de seus princípios ou objetivos, e, vou além, grande parte das empresas também destaca as questões ligadas à mitigação das mudanças climáticas. Com isso, profissionais que saibam interagir com essas questões têm espaço e valor.

Durante a primeira década do terceiro milênio, o número de empresas que buscavam projetos e alguma direção rumo à sustentabilidade era grande. Na época, eu era consultor dessa área, e a agenda de reuniões, visitas e eventos era descomunal. E o Brasil aprendeu muito com isso. Em primeiro lugar, percebeu que a diversidade de situações possibilitou a formação de profissionais capacitados no tema, alguns que, inclusive, foram exportados para outros países. Em segundo lugar, notou que a permeabilidade dos conceitos na sociedade, em que o varejo começou a preocupar-se em como levar isso ao cliente final – ou seja, a população cobrando por explicações; o nível mais importante para que iniciativas sejam bem-sucedidas.

E é nesse ponto que eu credito ao MDL sua maior importância, esse mecanismo de Quioto trouxe conceitos sobre efetivamente ser e não apenas parecer; estabeleceu uma lógica sólida de governança, ambiental e social equilibrada com o econômico; criou um mapa de boas práticas a ser percorrido; e transformou-se no trampolim para o pensamento ambiental contemporâneo no Brasil. Essa clareza e lógica facilitaram a adesão da iniciativa privada, bem como trouxeram a necessária segurança para que investimentos em prol da sustentabilidade fossem realizados, e o que vimos foram inúmeras iniciativas eclodirem. O MDL foi base para criação de programas de sustentabilidade em diversas empresas no Brasil, alguns programas foram além e se transformaram em institutos focados no tema de mudança do clima. As empresas começaram a ter o que mostrar; os meios de comunicação entenderam a necessidade do público em informar-se e acompanhar essa evolução. O ciclo ganhou vida e sua evolução, movimento próprio.

A necessidade de parametrizar e comparar iniciativas fez com que surgissem índices e iniciativas, tais como: a Global Reporting Initiative (GRI), que em tradução livre seria a Iniciativa Global de Reportar, em que o objetivo é aproximar as práticas das empresas de forma clara às suas partes interessadas; o Índice de Sustentabilidade de Dow Jones (DJIS – em inglês, Dow Jones Sustainability Index); no Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&BOVESPA) – atualmente B3; entre diversas outras. Além disso, prêmios foram criados por meios de comunicação, como o Prêmio Época de Mudanças Climáticas, que nos anos posteriores foi complementado e trouxe o Prêmio Época Empresa Verde, além de publicações relacionadas exclusivamente com o tema que surgiram. Além disso, a forma de lidar com a emissão de carbono foi usada como base para reciclar a forma de atuar em outras necessidades urgentes, como a água; resíduos, por exemplo. Ideias de remuneração por serviços ambientais surgiram.

A Global Reporting Initiative é uma organização internacional criada para orientar não apenas as empresas, mas também governos e organizações não governamentais (ONGs), a discutir, compreender e dar visibilidade aos impactos de

suas ações na sociedade. Com foco em meio ambiente, mudança de clima, direitos humanos e do trabalhador, corrupção, entre outras questões relevantes. Essa forma de reportar ajuda a organizar as informações de forma confiável, padronizada e destacando-se as questões relevantes.⁴ Em posse dessas informações, dois efeitos práticos são claros; a comunicação com a sociedade fica mais fluida e compreensível, mas, em minha visão, o maior ganho é a capacidade de uma empresa – de posse dessas informações – ter maior capacidade de avaliar e decidir sobre projetos, estratégias e ações a serem desenvolvidas. Em um mundo com a conectividade que alcançamos, com a rapidez que as informações fluem, toda decisão precisa ter o máximo de embasamento possível; seus impactos devem ser conhecidos na plenitude. Para criar uma reputação, leva-se anos; para destruir, minutos, e, com a variedade de premissas que afetam as decisões, ferramentas como a GRI são poderosas fontes de embasamento; criam procedimentos e guias para evitar que foquemos somente as “árvores” e comecemos a olhar toda a “floresta”.

Perenidade e fidelização são mantras administrativo e comercial, respectivamente, nas corporações. Das cem maiores empresas brasileiras em 1990, poucas figuram nesse índice atualmente; logicamente, isso não é devido somente ao fracasso – processos de fusão e troca de marca afetam também esse indicador. Mas o que quero sinalizar com esse dado é que as marcas mudaram; isso ocorre por uma transformação em todo o ambiente de negócio, e a fidelidade e a perenidade das empresas dependem da velocidade com que estas se adaptam.

Muitas vezes, iniciativas como o Índice de Sustentabilidade Empresarial – que se propõe a criar um ambiente de investimento que atenda ao interesse da sociedade de desenvolvimento sustentável e da ética – não apresentam de saída resultados extremamente diferentes. Contudo, o tempo – medida da perenidade – demonstra que solidificam a imagem, medida da fidelização. O ISE foi criado em 2005, a partir de iniciativa financiada pela Corporação Financeira Internacional (IFC – em inglês, International Finance Corporation), que é um braço para o financiamento da iniciativa privada do Banco Mundial. A ideia foi criar uma ferramenta que propiciasse análises comparativas das *performances* das empresas com ações na Bolsa de Valores. Seus critérios basearam-se em indicadores como

eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social, governança corporativa, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (ISE).⁵

4. Fonte: Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

5. Disponível em: <<https://www.isebvmf.com.br/>>.

O ISE coloca como sua missão: “Apoiar os investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis e induzir as empresas a adotarem as melhores práticas de sustentabilidade empresarial”. Sem dúvida, novamente a intenção é comparar e destacar as melhores práticas, mas como um indicador, e não uma simples competição. O que também vemos no Dow Jones Sustainability Index. O DJSI foi o precursor desse movimento de indicar empresas que buscam criar valor aos seus acionistas no longo prazo – ou seja, com perenidade, gerindo de forma transparente e clara riscos associados a suas operações do ponto de vista econômico, ambiental e social. Empresas que se atentam a esse olhar dos investidores, longo prazo, sabem que é imprescindível fidelizar.

Seguindo essa lógica de criar cada vez mais processos que visam ampliar a capacidade das empresas em discutir internamente e com o público externo suas práticas e sua capacidade de reduzir seus impactos, o MDL foi visto por vários executivos e empresários como uma ferramenta importante para a indução das discussões. Por muitos anos, as questões ambientais e sociais eram vistas apenas como um centro de custo, sendo sempre alvo de certa discriminação corporativa. O mecanismo ajudou a mudar essa visão: a possibilidade de valorizar essas ações e o reconhecimento dado pela sociedade a tais iniciativas viraram o jogo, o que se via eram cada vez mais profissionais focados em buscar ligações de projetos e atividades das empresas com a sustentabilidade e a redução de emissões. Esse movimento potencializou a expansão do tema no Brasil.

Além das ações voltadas ao MDL, também ações de neutralidade de carbono começaram a ganhar vida e ser valorizadas. Vejo que a questão do carbono no início do terceiro milênio fomentou a criatividade, mudou a forma como pensávamos e valorizávamos; tudo isso em conexão com novos modelos financeiros e de valor. O carbono ensinou-me a valorar o intangível. Ou seja, deixamos de olhar somente a operação, mas observamos a cadeia de valor total.

Imagine que o crédito de carbono era valorizado quase como uma *commodity*; contudo, era um produto que você ganhava mais quando produzia menos – ou seja, inverso de uma *commodity* normal. Literalmente – brincávamos – fazíamos *trade* de vento. E com mecanismos interessantes, nos quais contratos tinham complexidade de valorização por questões intangíveis, como apoio a comunidades locais e outras ações que poderiam diferenciar os projetos.

Na época, projetos como os das empresas Sadia, Energias de Portugal (EDP) e Arcelor buscavam integrar não somente suas cadeias de valor, mas também a comunidade e o meio ambiente em suas ações. No caso da Sadia, esta transformou uma ameaça em estratégia de seu negócio – com um estímulo aos seus integrados – e ainda agregou valor à sua marca, trouxe exposição positiva e *status*, tanto que, na época, seus concorrentes correram para desenvolver propostas semelhantes.

A Arcelor buscou em projetos semelhantes vantagens competitivas, e um amplo projeto de carbono envolvendo substituição de coque por carvão vegetal foi desenvolvido, buscando reduzir os custos de obtenção do combustível e integrando a sociedade local ao processo. Era um projeto desafiador, mas este uniu a empresa inteira, criou ambientes sadios de discussão e estimulou a busca de soluções. Na EDP, não foi diferente; essa empresa usou os benefícios do carbono para acelerar projetos necessários, como interligar o Porto Murtinho-MS ao sistema elétrico interligado, apoiar e integrar as comunidades locais em seus projetos de *pequenas centrais hidrelétricas* (PCHs), entre outras ações. O valor agregado e percebido dessas ações pelos líderes dessas empresas era tão grande que propiciou o surgimento de corpos operacionais; por exemplo, o Instituto EDP (box 1). Essas experiências não são os únicos *cases* de sucesso; muitos outros obtiveram suas diferenciações e foram importantes à época.

BOX 1

Repercussão do MDL em empresas

A EDP Brasil acompanhou todo o processo que conduziu à adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Global do Clima na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) e, na sequência, ao Protocolo de Quioto, com todo o seu quadro de desafios e oportunidades.

De pronto, entendemos os mecanismos de flexibilidade como uma potencial ferramenta para estimular os agentes a irem além do *business-as-usual* em suas práticas, com vistas à redução de emissões. Assim, em meados de 2006, a EDP Brasil começou olhando para o MDL com particular atenção; procurou, desde logo, uma conexão verdadeira e intrínseca com o conceito de desenvolvimento sustentável.

À época, com o apoio da PricewaterhouseCoopers (PwC), refletimos como as receitas provenientes da venda dos créditos de carbono poderiam reverter para iniciativas de cariz socioambiental, de maneira estruturada e continuada e administradas de forma profissional. Nasceu então o Instituto EDP, que se transformou em uma verdadeira plataforma social, ambiental e cultural para todas as empresas da EDP no Brasil.

Ao final, nem tudo decorreu como planejado; a forte retração do valor das reduções certificadas de emissões (RCEs ou CERs) colocou ao Instituto EDP novos desafios em termos de financiamento. Mas a semente havia sido lançada graças ao contexto proporcionado pelo MDL; e o Instituto EDP completou dez anos de funcionamento, com investimentos de cerca de R\$ 100 milhões, que beneficiaram mais de 3 milhões de brasileiros. O MDL faz parte considerável dessa história.

Assim, a EDP está fazendo sua longa história no mercado brasileiro, que se iniciou vinte anos atrás, com uma ligação muito forte com as energias renováveis. A preocupação do Grupo EDP com o desenvolvimento sustentável faz com que a companhia esteja, permanentemente, atenta às melhores práticas e novas tendências como forma de construir e reforçar suas relações com todas as partes interessadas.

Elaboração de Pedro Miguel de Almeida Gomes Antunes Sirgado.

Até mesmo fora de projetos de carbono no âmbito do MDL, uma série de ações foram tomadas, como empresas que ajudavam na gestão de frotas e combustível. Essas companhias criaram sistemas simples e inteligentes para melhor controlar o consumo de seus clientes e estimular os usuários por perfis menos impactantes, e isso foi amplamente usado como diferencial competitivo em vendas.

Novos negócios surgiram e superaram barreiras, como o caso do *courier* verde ou carbono zero. Entregas de bicicleta começaram a ser normais, e, apesar de algumas vezes o tempo ser maior que o regular, empresas aprenderam a ver vantagens maiores – ou seja, analisar não somente um indicador, mas também balancear as vantagens com proporções e considerações novas. A sociedade como um todo começou a exigir produtos com apelo de sustentabilidade; cafeterias com produtos ambiental e socialmente corretos ganharam clientes fiéis; lojas de produtos orgânicos e sustentáveis surgiram com consumidores cativos.

Creditar toda essa evolução somente ao MDL talvez seja demasiado, mas é nítida a capacidade que esse mecanismo trouxe aos brasileiros e ao mundo de olhar os negócios de forma diferenciada e preparar massa crítica.

Mas o mercado de carbono após a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de Copenhague – ou XV Conferência das Partes (COP 15) – sofreu um baque forte; em um mercado predominantemente capitalista, para gerar-se interesse, deve-se criar riqueza. A capacidade que Quioto e as mudanças climáticas de chamar a atenção da população, leia-se também eleitores, fez com que se alertassem os políticos. Em Copenhague, vimos um festival de política, não somente no Brasil, mas também no mundo todo, mas me atenho ao exemplo brasileiro, pois é o mais importante para nós. Durante a Conferência do Clima de Copenhague, vimos uma enxurrada de pré-candidatos a Presidência da República desfilar nos corredores da COP buscando holofotes e microfones. Infelizmente, a procura de promoção pessoal superou em muito a do entendimento sobre as necessidades do planeta e de nossa comunidade; fomos vítimas de frases simplesmente desproporcionais, como: “O meio ambiente atrapalha o desenvolvimento sustentável”. Triste escutar isso, mas pior ainda pensar que a autora dessa frase era a líder da delegação brasileira.

Esse interesse súbito da política em um tema técnico como as mudanças climáticas infelizmente guinou o caminho do substituto do Protocolo de Quioto. Se buscamos relevância, temos de seguir pelo caminho que conhecemos, e assim fizeram os políticos. Não desdenho da relevância da política e dos políticos, são de grande importância em qualquer cenário desde os primórdios da humanidade; contudo, é como um experiente mecânico tentar fazer um remendo na sua válvula do coração; a probabilidade de dar errado é quase certa. E isso que vimos, de Copenhague até Paris em 2015, ficamos em um limbo; muitas vezes culpando crises econômicas, mas na verdade o que faltou não foi dinheiro, faltou clareza no caminho a seguir-se. A solução levada a Paris e que tentamos implementar hoje é a única que todo político conhece; passa por regulação e controle estatal, e aí está o erro, pois os Estados-nação têm fronteiras muito bem delimitadas.

A riqueza e os benefícios não alcançam a todos ao mesmo tempo; para Angus Deaton, prêmio Nobel de economia, isso prova que não há solução única nem uniforme. Governos não têm flexibilidade nem devem ter, estes precisam seguir regras. Com isso, precisamos buscar soluções que abram caminhos diversos para convergir de forma contínua. Não existe para problemas globais uma rodovia de mão única que dê vazão a todos e a todas as diferenças. Caminhos certos não existem; vivemos em uma realidade em que o leque de opção é cada vez mais diverso. Políticos e governantes não têm como opção o erro; então, às vezes é melhor postergar e tornar morosas as ações do que errar. A ciência, por sua vez, é um jogo de tentativas, no qual temos erros em busca do acerto, em que a experiência e os experimentos fluem em direção da melhoria contínua. Isso é sustentabilidade; com isso, é certo que deixar na mão do Estado a busca de soluções para o aquecimento global é condição fadada ao fracasso.

Críticos poderão dizer que a falta de um rumo comum pode retardar a solução, mas existe solução única? Amartya Sen, autor do livro *Desigualdade Reexaminada* (Sen, 2001), afirma que, até mesmo entre os que acreditam na necessidade de igualdade, existem muitas divergências no que precisa ser equalizado.

A vida oferece a todos múltiplas possibilidades; não somente aos humanos, mas também à natureza. A evolução às vezes é brutal, mas o que seríamos sem nossa capacidade de adaptar-se?

Como um pequeno texto popular, cujo autor desconheço,

Apreendi que nem tudo são flores, nem todos os dias têm sol. Mas não há tristeza que não passe, nem felicidade que dure para sempre. Os dias nublados vão vir, as flores vão murchar, mas depois a primavera certamente vai chegar! Um dia, eu descobri que a vida vale a pena ser vivida e aproveitada ao máximo, independente das circunstâncias. Sempre haverá um novo dia, uma nova chance, um novo amor, uma nova oportunidade (...) Mas a vida, essa é única!

O fato é que, todas as vezes que tentamos imprimir determinada visão de certo e errado para fora de nosso *habitat*, ficamos fadados ao erro em certo momento; somente a relatividade é certa – ou seja, o que funciona para nós pode não ser o melhor para o outro. A única certeza que temos é a da inflexibilidade do tempo e que cada minuto que passa perdemos a chance de agir.

A beleza da estrutura do Protocolo de Quioto é que esta permitia que cada um criasse sua solução e a única obrigação é que a solução apresentada necessariamente contribuísse. Ou seja, a linha de base era um fator importante para que as melhorias fossem medidas, e que os acertos em prol do clima não prejudicassem o entorno. A plasticidade desse conceito é perfeita, da liberdade à criação, ao desenvolvimento, faz-nos usar o tempo em prol de soluções, e não da rigidez de leis e regras.

Sou um otimista quando penso na capacidade humana de achar caminhos e de entender as particularidades de cada ambiente. Sei muito bem também que a rigidez da certeza em algo absoluto é importante para determinadas pessoas e comunidades. Isso faz parte da natureza humana e ajuda homens a acreditar e lutar cegamente; do contrário, importantes avanços não seriam alcançados. Entretanto, vejo sempre que ações dessa forma precisam de solos específicos para crescer – ou seja, têm fronteiras.

A necessidade de fazer algo não pode passar por cima da necessidade de entender o que precisa ser feito.

Acredito que, com o intuito de ajudar no desenvolvimento do mercado de carbono e facilitar o diálogo, foi criada a Associação Brasileira das Empresas do Mercado de Carbono (ABEMC); a ideia era boa e visava facilitar o diálogo entre quem desenvolvia projetos e o governo, que era responsável por regular as iniciativas. Esse modelo era, em minha opinião, perfeito. Mas como antecipei anteriormente, acredito que a importância fez com que este sucumbisse ao temor do novo.

Infelizmente, a burocratização do combate às mudanças climáticas já nos consumiu nove preciosos anos, pois, em minha opinião, o fracasso maquiado de Copenhague assassinou uma das melhores tentativas de integração que o planeta já conheceu: o Protocolo de Quioto e seus mecanismos.

Mas, como nada é absoluto, acredito que as portas para esse caminho ainda estão abertas, e as experiências reunidas neste livro podem ajudar-nos a reestabelecer as experiências positivas e consertar as negativas. Vinte anos nos separam da Conferência de Quioto; pouco tempo pensando em história, mas muito tempo quando olhamos nossas metas para o futuro.

E, pensando na agilidade e na pluralidade de soluções necessárias para combater o aquecimento global, vejo que integrar, como propunha Quioto, as pessoas às soluções, sejam cientistas, empresários, executivos e inventores, é a melhor forma de atingirmos a convergência de uma sociedade socioeconômica e ambientalmente equilibrada.

REFERÊNCIA

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.